

HABEAS CORPUS Nº 500.820 - RJ (2019/0086269-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : MAURO TORTURA LOPES
ADVOGADO : MAURO TORTURA LOPES - RJ086488
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ALEXANDRE DA SILVA ALVES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **ALEXANDRE DA SILVA ALVES**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 2 anos de reclusão pela prática da conduta descrita no art. 304 do Código Penal, pena privativa de liberdade (PPL) substituída por restritivas de direito (PRD).

No curso da execução, o Juízo de primeiro grau converteu as penas restritivas de direito para privativa de liberdade.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, tendo o Desembargador relator indeferido o pedido liminar, aos 26/03/2019, nestes termos:

"[...]

Em cognição sumária, não verifico a presença dos requisitos ensejadores da concessão da medida liminar, eis que não vislumbro fundamento razoável ("fumus boni iuris") para acolhimento do pleito de urgência, além de não exsurgir o "periculum in mora".

Portanto, ausentes os requisitos autorizadores da concessão do pleito liminar, tenho por INDEFERI-LO.

Dê-se vista à Douta Procuradoria de Justiça para manifestação." (e-STJ fl. 7)

Nesta impetração, alega o impetrante, que "É consolidado a orientação Jurisprudencial das Cortes Superiores que, contra decisão monocrática de relator, em outro Habeas Corpus examinado originário, que Indefere Medida Liminar, é de ser rechaçado ante ao verbete consignado na Súmula 691/STF. No entanto, tal orientação vem sendo MITIGADA por maioria nas hipóteses excepcionais enfrentadas que traduzam CERCEAMENTO DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO do paciente (Art. 5º inciso LXV111 da Constituição Federal) por flagrante ilegalidade, abuso de poder ou decisão desprovida de fundamentação ou mesmo frente a casos de autorize a Concessão da Ordem de Ofício (Art. 654 parágrafo 2º do Código de Processo Penal)." (e-STJ, fl. 2).

Reclama, outrossim, que "não ter oferecido a oportunidade do apenado de se justificar sua suposta ausência, sendo que não ocorreu nenhum ato de convocação, até a decisão do Juízo da Execução foi desprovida, porque o endereço do paciente (apenado) é o mesmo e o Sr. Oficial de Justiça não promoveu nenhum esforço em localizar a Rua (endereço) dessa forma, a decisão da autoridade Coatora foi precipitada" (e-STJ, fl. 6).

Ao final, requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para expedição do respectivo alvará de soltura, reformando a decisão do Juízo da Execução e restabelecendo as PRDs.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. APREENSÃO DE GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS NO INTERIOR DA RESIDÊNCIA DO PACIENTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Caso em que o decreto prisional demonstrou, ainda que de forma sucinta, a necessidade da medida extrema diante da apreensão de elevada quantidade de drogas em sua residência - 10,95 kg de maconha, distribuída em 13 tijolos, e 12 porções menores; 239 g também de maconha, divididos em outros 10 tabletes; e, por fim, duas porções empedradas de cocaína, pesando 86,3 g -, além de três balanças de precisão e vários instrumentos típicos da traficância apreendidos. Prisão preventiva devidamente justificada nos termos do art. 312 do CPP.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no HC 471.195/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2018, grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ENUNCIADO DA SÚMULA N. 691 DO STF. NÃO SUPERAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA DECISÃO DE PRONÚNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O mérito da impetração originária não foi analisado pelo Tribunal a quo, a atrair o impeditivo da Súmula n. 691 do STF, que só é ultrapassado nos casos em que a ilegalidade é tão flagrante que não escapa à pronta percepção do julgador.

2. O Juízo singular, ao prolatar a decisão de pronúncia, afirmou permanecerem hígidos os motivos que justificaram a ordem de prisão provisória (os quais já haviam sido considerado idôneos por este órgão colegiado, no julgamento do HC n. 428.580/SP), circunstância que não autoriza a superação do enunciado sumular já mencionado.

3. Não viola o dever de motivação das decisões judiciais a remissão, na pronúncia, aos fundamentos que ensejaram a decretação da custódia provisória. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 481.679/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 04/02/2019, grifou-se).

No caso dos autos, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade ou

teratologia na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

